

---

## Racismo de Estado

---

André Pereira DE ALMEIDA<sup>1</sup>

### Resumo

A biopolítica e o biopoder são eixos importantes do pensamento foucaultiano que acompanharam o filósofo a partir dos anos 70, até o final da sua vida. E é dentro da problemática da biopolítica e do biopoder aparece a provocativa questão do racismo de Estado no pensamento foucaultiano.

**Palavras-Chave:** Biopolítica, Racismo de Estado, Michel Foucault.

### Abstract

The biopolitic and the biopower are important axes of Foucault's thinking, that accompanied the philosopher from the 70s to the end of his life. It is within the problem of biopolitic and biopower that appears the provocative question from the racism of State in Foucault's thinking.

**Mots Clé:** Biopolitic, Racism of State, Michel Foucault.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: andreidt@yahoo.com.br.

Analiso aqui a problemática do racismo abordada por Foucault a partir de 1976. Mas racismo em que sentido, em que problematização? Foucault focou seus estudos num dado momento, em um modo particular de racismo, fruto de um pensar “genealógico”<sup>2</sup> e ético-político. É o que ele afirma na aula de 17 de março de 1976, após levantar a questão de “Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?”<sup>3</sup> :

É aí creio eu que intervém o racismo. Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. Mas eu acho que ele funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. (FOUCAULT, 1999, p. 304)

Também não vou adentrar na discussão da conceitualização de raça. O termo raça sofreu numerosas e fortes críticas após o mapeamento genético da humanidade, que aponta uma unicidade genética do homem. O conceito de raça (branca, negra, indígena, etc) seria inadequado, portanto, para classificar qualquer divisão possível da espécie humana. A diversidade da humanidade se baseia muito mais em traços étnicos e variações culturais. O que no meu entendimento vai reforçar a análise foucaultiana do racismo.

Para Foucault o racismo é detentor de funções. Ele seria primeiramente o meio de introduzir um corte entre o que deve viver e o que deve morrer. A distinção de raças e hierarquização, a classificação de raças superiores e inferiores, são apenas modos de fragmentar o campo biológico, ou domínio da vida de que o poder se encarregou. Maneiras de defasar uns grupos frente aos outros no seio da população. A primeira função do racismo é então fragmentar, fazer cortes no interior do contínuo biológico que é o biopoder.

---

<sup>2</sup> Pode-se falar de um período genealógico de Foucault que compreende as obras dedicadas a análise das formas de exercícios de poder. A genealogia de Foucault não é um rompimento nem uma oposição a arqueologia, mas uma ampliação do campo de saber. Tanto a genealogia, quanto a arqueologia, se apóiam sobre um pressuposto comum: escrever a história sem se referir a análise da instância fundadora do sujeito.

<sup>3</sup> FOUCAULT, 1999, p. 304.



A segunda função já permitirá uma relação positiva e guerreira. Afinal, “a política é a continuação da guerra por outros meios”<sup>4</sup>. A relação correspondente é: “se você quer viver, é preciso que você massacre seus inimigos”. Na relação de tipo guerreiro, para um grupo viver é necessário que o outro morra. Sempre de uma maneira compatível com o exercício do biopoder. Apesar de guerreira, essa relação não corresponde a uma relação militar de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico, na qual as espécies “inferiores” e os indivíduos “anormais” desaparecem. A morte do outro, do degenerado ou do anormal; o extermínio da raça ruim e inferior possibilita a vida mais saudável e mais pura. Morte e extermínio fortalecem o homem enquanto espécie. Tais afirmações poderiam ter sido proferidas por um oficial nazista da SS, ou um membro da supremacia branca da KKK, mais infelizmente elas representam o que acontece cotidianamente em qualquer metrópole. Basta observar um hospital público brasileiro ou o tratamento que um imigrante ilegal recebe em alguns países considerados desenvolvidos pela ONU ou pelo Banco Mundial.

No regime democrático, o racismo no exercício do poder é *conditio sine qua non* para que se possa exercer o direito de matar. Sem o racismo não haveria aceitabilidade para tirar a vida numa sociedade de normatização. “A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo.”<sup>5</sup>

Assim, para o poder normatizador exercer o antigo direito soberano de matar, é preciso passar pelo racismo. Entenda-se, tirar a vida não só no sentido do assassinato direto, mas também no do indireto e por isso mais oculto e subterrâneo. Todo fato de expor à morte e aumentar para alguém o risco de morte são formas de aniquilar vidas. Mas mais do que isso, táticas de morte política, expulsão e rejeição, envolvendo indivíduos ou grupos de pessoas; são utilizadas para exterminar vidas.

A própria teoria biológica do século XIX, expressa pelo seu pensador mais ilustre, Charles Darwin, teria sido deturpada. E o foi de forma extremamente grave. Mais do que uma forma de ocultar o discurso político sob uma vestimenta científica, o

---

4 Inversão do princípio do general e escritor prussiano Carl von Clausewitz, na qual ele diz que: “A guerra é a simples continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ, 2003, p. 27). Clausewitz enxergava a guerra como um ato e instrumento político, uma continuação das relações políticas e uma forma diferente de executá-lo.

5 FOUCAULT, 1999, p. 306.

evolucionismo, no sentido *lato*, foi utilizado como uma maneira autêntica de reflexão. Pensar as relações de colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, a loucura, a sexualidade e a história das sociedades com suas diferentes classes. Foi na forma do evolucionismo que se pensou todo enfrentamento e luta, toda condenação ou risco de morte. Quando foi conveniente matar pessoas ou populações, acionou-se o modo do biopoder, com os recursos aos temas do evolucionismo, mediante o racismo.

Foucault é perspicaz ao lançar a questão da guerra. “Como é possível não só travar a guerra contra os adversários, mas também expor os próprios cidadãos à guerra, fazer que sejam mortos aos milhões, senão, precisamente, ativando o tema do racismo?”<sup>6</sup> Não basta combater o inimigo político, há que se destruir a raça adversa e também regenerar a própria raça. Quanto mais morrerem entre nós, mais depurados ficaremos, mais pura será a raça a qual pertencemos. Não é sem motivo que no exército, a infantaria é chamada de “rainha das armas”. Os homens que compõem suas fileiras são seus olhos, a primeira linha, logo os primeiros a morrerem. “A Infantaria é aquela que sofre mais que as outras; é quem vive mais intensamente e mais duramente... é quem morre, sobretudo!”<sup>7</sup>

É um racismo carente do fato, de que o biopoder, ao se lançar na guerra, precisa articular a necessidade de acabar com o adversário, com o risco de deixar morrer aqueles cuja vida ele devia proteger. E como agir assim? Simplesmente enviando à linha de frente os pobres, degenerados e anormais. É só olhar a maior máquina de guerra já operada nos séculos XX e XXI, as forças armadas estadunidenses, especialistas em conflitos assimétricos. Após o período de intensos bombardeios, inicialmente por mar e ar, seguido por terra, com equipamentos da mais alta tecnologia e militares altamente qualificados, mas também com apoio tecnológico de retaguarda de empresas e pessoas civis. Quem é que sofre para ocupar o local e manter a dita ordem? São os pobres, os imigrantes e os mercenários. Os mesmos que compõem massivamente as estatísticas de mortos e feridos. É o biopoder operando através do racismo. A própria criminalidade não é pensada de forma diferente. Como tornar possível, num mecanismo do biopoder, o isolamento de pessoas ou à condenação à morte? Operando o racismo

<sup>6</sup> FOUCAULT, 1999, p. 307.

<sup>7</sup> Citação do Ten. Cel. Bourchacourt do Exército Francês.

dentro de uma perspectiva evolucionista, assim como foi feito com a loucura e anomalias diversas.

O olhar singular de Foucault acerca do racismo passa ao largo do senso comum da análise focada no desprezo ou ódio entre “raças”. Está muito mais ligada no funcionamento de um Estado que utiliza a eliminação e a purificação da raça para exercer o poder soberano. É o racismo que assegura a função de morte no exercício do biopoder. No racismo de Estado, a morte dos outros fortalece biologicamente a própria pessoa, na medida em que ela é membro de uma pluralidade unitária viva. Não é surpresa, portanto, verificar que os estados que mais matam também são os mais racistas.

O exemplo por excelência de um Estado assassino e racista é o nazista. Biopoder e biopolítica percorreram e sustentaram a sociedade do Terceiro Reich. Não consigo pensar num Estado mais disciplinar, nem num regime político onde as regulamentações biológicas tenham sido adotadas de maneira mais densa. O controle das contingências próprias aos processos biológicos, como hereditariedade e procriação, foi um dos primeiros objetivos do nacional-socialismo alemão. O mais cruel é que num Estado de exceção como a Alemanha nazista, o poder de matar não pertence só ao Estado, mas também é disponibilizado a uma grande quantidade de instituições e pessoas. Fossem as organizações paramilitares, representadas pela SS (*Schutzstaffel*<sup>8</sup>) ou SA (*Sturmabteilung*<sup>9</sup>), ou o próprio vizinho que podia fazer uma simples denúncia; o poder de matar, o poder de vida e morte, perpassou por toda uma série de indivíduos. No limite do Terceiro Reich, todos tinham o direito de vida e morte sobre aquele que está ao seu lado.

Mais do que destruir outras raças, face bem conhecida do projeto nazista, o Estado nazista expõe sua própria raça à extinção, ao perigo universal da morte. O risco de morrer e a exposição à destruição total foram princípios inseridos entre os deveres fundamentais da obediência nazista, e entre os objetivos essenciais da política do nacional-socialismo.

Apenas essa exposição universal de toda a população à morte poderá efetivamente constituí-la como raça superior e regenerá-la definitiva-

---

8 Tropas de Proteção.

9 Divisões de Assalto.



mente perante as raças que tiverem sido totalmente exterminadas ou que serão definitivamente sujeitadas. (FOUCAULT, 1999, p. 310)

Assim, a sociedade nazista generalizou de forma absoluta o bipoder, concomitantemente com o direito de matar. Foi um Estado absolutamente racista, assassino e suicida, cujo ápice foi a “solução final”<sup>10</sup>. E como o Estado nazista não conseguiu levar até o fim a solução final, já que foi incapaz de exterminar todos os judeus, pois o fim da guerra avizinhava. O *Führer* resolveu levar a solução final ao próprio povo alemão, quando deu a ordem de destruir as condições de vida da população alemã em abril de 1945. Tal solução representa um paradoxo complexo, diante da impossibilidade de eliminar completamente as raças “inferiores”, representadas iconicamente pelos judeus, mas também os ciganos, as testemunhas de Jeová, os homossexuais e os comunistas; há a solução final, o suicídio da raça alemã. Assim, o Estado nazista foi o que chegou no paroxismo máximo do jogo entre o direito de matar e os mecanismos de poder. O que não livra as demais formas de Estado, que são marcadas pelo racismo independentemente do cunho ideológico e econômico.

Foucault identifica em todas as formas de socialismo componentes racistas, inclusive no anarquismo. O socialismo criticou o bipoder, mas reimplantou, modificou e desenvolveu o mesmo. Qual Estado socialista, seja a URSS, a Cuba, a China, a Coreia do Norte ou os países da Europa Oriental, que não se incubiu da vida coletiva de seu povo? Qual socialismo não buscou organizar, multiplicar, compensar eventualidades, percorrer e delimitar as possibilidades biológicas? Todos foram racistas a sua maneira. Não o racismo étnico, mas aquele racismo do tipo evolucionista, do tipo biológico. Imagine ser um “anormal” na União Soviética stalinista, seja dissidente político, criminoso ou doente mental. Qual seria o seu destino? O *Gulag*, um campo de trabalho forçado, feito nem tanto para punir ou educar, mas mais para matar e impor terror, em última instância para purificar a raça. Ao lidar com os enfrentamentos, com a luta contra o inimigo, com a eliminação do adversário no próprio interior da sociedade, que o Estado socialista faz uso e não consegue abrir a mão do racismo. Para eliminar economicamente o adversário, o racismo é desnecessário, mas para ficar frente a frente e brigar com ele, arriscar a vida e aniquilar, o racismo é fundamental. Ele é o modo de um pensamento socialista pensar a razão de matar o inimigo.

---

<sup>10</sup> Plano nazista de genocídio sistemático da população judaica.



Exemplifiquei acima modelos de como o racismo de Estado operou em regimes totalitários, contudo o mais chocante é verificar como ele atua em democracias ditas liberais. Tomo o exemplo da medicina, um saber caro à biopolítica e amplamente presente nos países democráticos. A biopolítica se encarrega não só das pessoas enfermas, mas também da supervisão planejada de indivíduos aparentemente sadios e normais. Ao longo do século XX foi proposto um novo modo de conceituar a doença, que passou a ser um fenômeno tanto biológico quanto social e político. A medicina atual é pautada prioritariamente no modelo de Bismarck<sup>11</sup>, ou seja, ocupa-se de segurar a vida e da pró-natalidade, e combate o *pro-choice* (pró-aborto), construindo leis de seguridade social, que fazem emergir todo o espírito do liberalismo econômico. A vida passou a ter um valor, mas não em termos existenciais, e sim econômicos, ela passou a possuir um custo calculável. Chegamos num ponto de não estranhar publicações de reportagens sobre o preço de uma vida em um determinado país ou região geográfica. O que é mais “valorizado” pelo senso comum, uma criança africana, uma chinesa ou uma inglesa. E fazemos o mesmo no âmbito regional, aquilatamos mais valor aos infantes dos grandes centros do que os da periferia, desde que as crianças das grandes cidades não sejam de comunidades carentes.

Pode ser a proliferação, os nascimentos e a mortalidade infantil, o nível de saúde, a duração da vida ou a longevidade, com suas variáveis possíveis, tudo é manipulado por uma série de intervenções e controles reguladores, no que se chama biopolítica da população, onde a velha potência de morte, símbolo do poder soberano, é cuidadosamente recoberta pela administração dos corpos e gestão calculista da vida. Pura governamentalidade que se serve do racismo de Estado, para calcular e decidir quem morre e permanece vivo, quem continua no jogo e quem é excluído. Tudo fruto de um processo que inicia por volta do século XVIII e se centrou no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte de processos biológicos.

Um campo importante operado pelo racismo é o domínio ou eixo da sexualidade. A partir do século XIX a sexualidade assume a condição de um campo estratégico capital. Ela tanto sofre com o comportamento disciplinar individualizante em

<sup>11</sup>Sistema de proteção social criado pelo chanceler Bismarck na Alemanha ao final do século XIX, é baseado na atividade do trabalho que relaciona benefícios pagos pelo sistema às contribuições efetuadas.



forma de vigilância permanente (repressão à masturbação, por exemplo); como se insere em processos biológicos amplos que concernem a uma unidade múltipla constituída pela população. “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação.”<sup>12</sup>

É por ocupar essa posição híbrida e privilegiada, entre corpo e fenômenos globais, que a sexualidade foi extremamente valorizada pela medicina no século XIX. Uma sexualidade indisciplinada e irregular traz então duas categorias de efeitos: uma sobre o corpo individual, outra no plano da população.

Uma criança que se masturba demais será muito doente a vida toda: punição disciplinar no plano do corpo. Mas, ao mesmo, uma sexualidade devassa, perversa, etc, tem efeitos no plano da população, uma vez que se supõe que aquele que foi devasso sexualmente tem uma hereditariedade, uma descendência que, ela também, vai ser perturbada, e isso durante gerações e gerações, na sétima geração, na sétima da sétima. (FOUCAULT, 1999, p. 301)

Pura abordagem racista que dita uma corrupção dos descendentes, que seria hereditária e de raiz sexual, onde a doença individual, como a masturbação, ocupa o núcleo da degenerescência de um grupo de pessoas. Ponto de articulação do corpo e da população, da disciplina e da regulamentação. A medicina atua então como técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios, amparada por um saber científico sobre os processos biológicos e orgânicos, sobre o corpo e sobre a população. Ela atua na sexualidade e incide simultaneamente sobre o organismo e sobre os processos biológicos, tendo assim, efeitos disciplinares e regulamentadores de caráter racista.

O eixo da sexualidade assim assume uma importância crescente no campo da disputa política. De um lado disciplina o corpo: adentra, intensifica e distribui forças, puro ajustamento e economia de energias. Do outro regula as populações, por todos os efeitos globais que induz. O sexo é acesso simultâneo à vida do corpo e à vida da espécie. Dá margem a todo um micropoder sobre o corpo do indivíduo através de diversas técnicas, como: exames médicos e psicológicos inumeráveis, vigilâncias infinitesimais ou ordenações espaciais meticulosas. Mas também dá margem a medidas maciças, estimativas estatísticas e intervenções que visam todo o corpo social ou grupos

---

<sup>12</sup> FOUCAULT, 1999, p. 300.



tomados globalmente. Dentro de todo o esmiuçamento que o sexo sofreu no campo da estratégia política, a partir do século XIX, o racismo foi um fator fundamental para escalonar as táticas diversas que combinam em variadas proporções, a disciplina do corpo e a regulamentação das populações.

A história da sexualidade está intrinsecamente ligada ao racismo, mas como e em que momento a sociedade passou da “simbólica do sangue” para a “analítica do sexo”? Que procedimentos de poder levaram a isso? Em primeiro lugar posso dizer que o racismo sempre esteve presente, seja na perspectiva do sangue ou do sexo. Por muito tempo o sangue foi um elemento primordial nos mecanismos de poder. Nas sociedades onde predominam o poder soberano, o valor do sangue é fundamental. Pense nas alianças políticas, no valor das linhagens e na diferenciação em castas. O valor do sangue é potencializado pela morte iminente; representada pela fome, pela violência e pelas epidemias. A importância do sangue passa pelo seu valor instrumental, representado pelo poder de derramar o sangue; por seu funcionamento na ordem dos signos, como ter um certo sangue ou ser do mesmo sangue; e pela sua precariedade, como ser fácil de derramar, ou ser demasiadamente pronto a se misturar e corromper-se rapidamente. A sociedade do “sangue” está do lado da lei e da morte, da transgressão e da sabedoria. “...o poder falar através do sangue; este é uma realidade com função simbólica.”<sup>13</sup>

E a sociedade do “sexo” ou de “sexualidade”, está do lado do quê? Nela os mecanismos de poder se dirigem ao corpo e à vida; ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, o seu vigor e sua capacidade de dominar. Assim, a sexualidade encontra-se, ao lado da norma, do saber, da vida, das disciplinas e regulamentações. A sexualidade não é signo ou símbolo como o sangue foi, mas é o alvo direto de um poder que busca gerir a saúde, a progenitura, a raça, o futuro da espécie, a vitalidade do corpo social; em suma, gerir a própria vida. Sexualidade que longe de ser reprimida, está sendo permanentemente suscitada na sociedade contemporânea. Mas como ocorreu a passagem da “simbólica do sangue” para a “analítica da sociedade”? “Foram os novos procedimentos de poder, elaborados durante a época clássica e postos em ação no sé-

---

13 FOUCAULT, 2005, p. 138.

culo XIX, que fizeram passar nossas sociedades de uma *simbólica do sangue* para uma *analítica do sexo*.”<sup>14</sup>

Apesar da analítica da sociedade e da simbólica do sangue pertencerem a distintos regimes de poder, elas não se sucederam sem encontros e justaposições. A temática do sangue persegue há dois séculos a gestão da sexualidade. A partir da segunda metade do século XIX, o assunto sangue foi colocado para sustentar os tipos de poder político que se exerce através dos dispositivos de sexualidade. Há um racismo que é formado neste momento, o racismo em sua forma bioligizante e moderna, o racismo de Estado. Toda uma biopolítica de povoamento, da família, do casamento, da educação, da propriedade e da hierarquização social; com suas séries de intervenções permanentes no nível do corpo, das condutas de saúde e da vida corriqueira; foram justificadas pela falaciosa e mítica preocupação de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça. Fato tão bem representado pelo nazismo que fez a combinação mais ardilosa e ingênua dos fantasmas do sangue com os paroxismos do poder disciplinar. A política do sexo do Terceiro Reich pode não ter sido muito significativa, mas o mito do sangue encampado por Hitler e seus correligionários, foi a maior vergonha e o maior massacre já encampado na história da humanidade. Vergonha que perpassa o povo alemão, os sobreviventes e descendentes do holocausto, e sob uma ótica mais profunda, toda a humanidade. Concordo plenamente com Gilles Deleuze quando este fala no *Abecedário*<sup>15</sup>, que desconhece artista ou escritor que dissertou mais profundamente sobre a vergonha de ser um homem do que Primo Levi<sup>16</sup>.

Ele soube falar dessa vergonha de ser um homem num nível extremamente profundo, porque foi logo após sua volta dos campos de extermínio. Ele sobreviveu com... Ele disse: "Quando fui libertado, o que me dominava era a vergonha de ser um homem". É uma frase ao mesmo tempo esplêndida e bela e... Não é abstrata, é muito concreta a vergonha e ser um homem. Mas ela não quer dizer... Associamos muita besteira. Não quer dizer que somos todos assassinos. Não quer dizer que somos todos culpados diante do nazismo. Primo Levi diz admiravelmente que isso não significa que carrascos e vítimas são iguais. Não nos farão acreditar nisso. Muitos dizem que todos somos culpados. Nada disso, não confundamos carrascos e vítimas. A vergonha de

14 FOUCAULT, 2005, p.138.

15 Série de entrevistas feitas por Claire Parnet à Gilles Deleuze no biênio 1988-89.

16 Escritor judeu de nacionalidade italiana que sobreviveu ao holocausto. Primo Levi suportou onze meses no chamado "campo da morte", até ser libertado pelo Exército Vermelho. Dos 650 judeus italianos mandados para Auschwitz com ele, apenas vinte sobreviveram.



ser homem não significa que somos todos iguais, comprometidos etc. Acho que quer dizer muitas coisas. (*O Abecedário de Gilles Deleuze*, tema: *Resistência*, p. 68)

Nem Levi, nem Deleuze, situam de alguma forma carrascos e vítimas no mesmo barco. Creio que realmente há uma *aporia*<sup>17</sup> ética fundamental dos sobreviventes de *Auschwitz*, por exemplo, que difere da dos alagozes nazistas. Contudo, todos foram marcados por um lugar onde era indecente permanecer decente, onde aqueles que acreditaram conservar sua dignidade e seu respeito por si só experimentam vergonha diante daqueles que a perderam. Na fronteira das reflexões de Levi e Deleuze, sou levado a perguntar: como permitimos que algo tão sombrio como o nazismo florescesse? Como admitimos que as crianças das nossas periferias padeçam de fome, de falta de saneamento e morram por negligência ou falta de tratamento médico para enfermidades de fácil tratamento? Como toleramos que absurdos assim aconteçam? Possibilitamos que tais fatos ocorram sem maiores gritos, pois estamos inseridos em uma biopolítica social amparada em racismos de Estado. Racismos que ao longo da história vêm dispondo dos mais variados discursos para justificar seus atos, seja: o científico, o médico, o biológico, o econômico, o antropológico, ou o jurídico; em verdadeiros processos de assujeitamento.

Discursos como esses embasam a gestão da sexualidade na sociedade de forma a manter uma estratégia de controle do indivíduo e da população, visto que a reprodução de todas as populações deve ser controlada. Não é por acaso que um objeto de grande preocupação para a série de dispositivos tanto da sociedade de controle, quanto da sociedade disciplinar, não é a sexualidade dita “normal”, heterossexual e familiar, que de certa maneira é mantida dentro de uma regulamentação por dispositivos de controle e disciplina. Problema maior é lidar com a figura do desviante sexual, como o homossexual, o bissexual ou o pervertido, por exemplo. Todos trazem a tona a figura do “anormal”, ponto de desvio e resistência, que atua nas relações de poder de forma singular, com regras próprias. Mas quem é o anormal, será apenas o dito desviante sexual?

Foucault parte de uma reconstrução genealógica do conceito de anormal, erigido durante o século XIX, que inicialmente se dá no embate entre os saberes jurídi-

---

17 Do grego *ἀπορία*, caminho inexpugnável, sem saída, dificuldade, perplexidade grave.

co e penal. No curso *Os Anormais*, Foucault explora na aula do dia 22 de janeiro de 1975, as três figuras que representam o anormal em momentos históricos diversos, cuja constituição não foi exatamente sincrônica: o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora.

A figura do monstro é o elemento chave que nos permite entender as articulações entre as instâncias de poder e os campos de saber envolvidos na constituição dos “anormais”. O monstro humano combina o impossível com o proibido. Ele serviu como modelo para quase todas as pequenas discrepâncias. Cada época constituiu formas privilegiadas de monstro. As figuras do homem bestial, do ser meio homem e meio bicho, mistura entre o reino humano e animal, compôs o imaginário da Idade Média. As individualidades duplas foram valorizadas principalmente no Renascimento, a exemplo da monstruosidade dos irmãos siameses que dominou a literatura especializada da época. Já a Idade Clássica apresentou os hermafroditas como os monstros do momento. Assistimos ao longo do século XIX uma diluição dos grandes monstros em uma série de anomalias constituintes dos ditos anormais.

Até o século XVIII, o monstro era considerado dentro de uma noção jurídico-biológica ou jurídico-natural. Ele não era apenas uma infração das leis da sociedade, mas, principalmente, uma violação das leis naturais. Nesse contexto, o monstro não gerava uma simples resposta da lei. O que ele suscitava era algo diferente da lei, era a violência, o suplício. Tal economia do poder de punição transforma-se, no final do século XVIII, num conjunto de preceitos e análises que permitem intensificar seus efeitos de poder. Desse modo, o poder de punição deixa de se exercer como um rito (ritual do suplício) e passa a funcionar por meio dos mecanismos de vigilância e controle. Nesse ponto, a questão é “O que leva um indivíduo a ser criminoso?” e não mais “Qual é o crime?”. É na passagem do crime ao criminoso que vemos emergir um novo saber que pretende colocar-se como protetor da sociedade contra os anormais. Surge a psiquiatria.

É na transição do ato “monstruoso”, ao indivíduo “perigoso”, que a psiquiatria se fortalece. Foucault busca no Código Penal francês de 1810, o artigo 64 que diz: “Não há crime nem delito, quando o acusado estava em estado de demência na época



da ação, ou quando foi coagido por uma força que não pôde resistir.”<sup>18</sup> E assim pode afirmar que a instituição médica no caso de loucura, toma o lugar da instituição judiciária. Até hoje os juristas perguntam aos especialistas em psiquiatria nos tribunais, a grande questão insensata: Este indivíduo é perigoso? Pergunta que contradiz o direito penal fundado na condenação dos atos e que postula uma pertinência de natureza entre doença e infração. Pergunta que esconde o que é ser perigoso. Perigoso para si ou para os outros? Ameaçar a própria existência não é o problema central, a questão passa por colocar em risco o “equilíbrio” social, a seguridade da sociedade.

A nova mecânica das relações de poder teve como efeito alterar a antiga concepção jurídico-natural do monstro. A partir desse momento, a monstrosidade passa a ser entendida de um ponto de vista moral, ou seja, nasce uma monstrosidade moralizante que, ao longo do século XIX, se transformará em uma espécie de monstrosidade das condutas cotidianas. “Digamos numa palavra que o anormal é no fundo um monstro cotidiano, um monstro banalizado.”<sup>19</sup> O indivíduo a ser corrigido é um personagem mais recente, característico dos séculos XVII e XVIII, ele habita a família e suas relações com instituições vizinhas. O aparecimento do “incorrigível” é contemporâneo à instauração das técnicas de disciplina. Técnicas aplicadas por disciplinadores exemplares, como: a família, a escola, a oficina, a caserna, a fábrica, o hospital e, se for necessário, o modelo disciplinar por excelência, a prisão. Enquanto o monstro é sempre uma exceção e remonta ao domínio da teratologia<sup>20</sup>, o indivíduo a corrigir é um fenómeno corrente, ele é espontaneamente incorrigível. Isso demanda a criação de tecnologias disciplinares de reeducação, de forma a lhe permitir a vida em sociedade. Curioso e paradoxal é o fato de o indivíduo a ser corrigido ser muito freqüente. Ele é imediatamente próximo a regra e é por isto mesmo difícil de determinar. Ele ocupa o limite do indizível. A definição do indivíduo a corrigir, passa então necessariamente, pela sua incorrigibilidade. É o eixo do corrigível-incorrigível que vai servir de suporte para todas as instituições para anormais que vão se desenvolver no século XIX. “Monstro empalidecido e banalizado, o anormal do século XIX também é um incorrigível, um incorrigi-

---

18 FOUCAULT, 2002, p. 429.

19 FOUCAULT, 2002, p. 71.

20 A teratologia é a especialidade médica que se dedica ao estudo das anomalias e malformações ligadas a uma perturbação do desenvolvimento embrionário ou fetal.

vel que vai ser posto no centro de uma aparelhagem de correção. Eis o anormal do século XIX.”<sup>21</sup>

As instituições de correção surgem de acordo com a categorização dos indivíduos a que se destinam, sejam eles: cegos, surdos-mudos, imbecis, retardados, nervosos ou desequilibrados. E o anormal do século XIX é um descendente desses incorrigíveis que aparecem à margem das modernas técnicas disciplinares do corpo.

Por fim, há a figura do onanista, da criança masturbadora, que data da passagem do século XVIII para o XIX, e envolve a família burguesa entendida como um dispositivo de poder responsável por velar o infante masturbador.

O onanista. Figura totalmente nova do século XVIII. Aparece em correlação com as novas relações entre a sexualidade e a organização familiar, com a nova posição da criança no meio do grupo parental, com a nova importância dada ao corpo e à saúde. Aparecimento do corpo sexual da criança. (FOUCAULT, 2002, p. 416)

Tal figura apresenta características específicas que ressoam tanto com o monstro, quanto em relação ao corrigível incorrigível. O onanista é um indivíduo quase universal. A masturbação é o segredo comum, mistério compartilhado por todos, mas que ninguém comunica a outrem. “É o segredo detido por cada um, o segredo que nunca chega à consciência de si e ao discurso universal, cuja fórmula geral é: ‘Quase ninguém sabe que quase todo mundo pratica’.”<sup>22</sup>

A masturbação seria o princípio universal que explica a alteração mais extrema da natureza, a singularidade patológica de cada anomalia. “Como quase todo mundo se masturba, isso explica que alguns contraem doenças extremas que ninguém mais apresenta.”<sup>23</sup>

O uso sexual do corpo é colocado na origem de uma série de distúrbios físicos que afetam todas as fases de idade da vida do indivíduo, como surtem efeito no corpo social. A criança ao abusar de sua sexualidade coloca em cheque seus pais, estes ficam marcados como culpados, negligentes e não zelosos. Não é sem motivo que mais

---

21 FOUCAULT, 2002, p.73.

22 FOUCAULT, 2002, p.74.

23 FOUCAULT, 2002, p.75.

uma vez surge a premência de um controle médico externo, para arbitrar e regular as relações entre a vigilância obrigatória dos pais e o corpo frágil e excitável dos filhos. Saúde como lei fundamental dos vínculos familiares, pela distribuição da célula familiar em torno do corpo da criança, do corpo sexual.

Todas as três figuras: a do monstro, a do indivíduo corrigível-incorrigível e a do onanista; vão se confundir até meados do século XIX, quando Bénédict Morel<sup>24</sup> elabora a noção de “degeneração” em 1857. A partir daí todo tipo de anormalidade é atribuída a uma fonte orgânica difusa, que perturba constitutivamente as funções psíquicas e físicas de certos indivíduos, e o mais grave, de seus herdeiros biológicos. Tal teoria permanece forte durante todo o período vitoriano<sup>25</sup> e apoiou diversos absurdos eugênicos. Culminando com a criação de uma rede institucional complexa entre a medicina e a justiça, que serve de estrutura de recepção dos anormais e de instrumento de defesa da sociedade. Vemos assim o racismo de Estado atuando no seio da psiquiatria que definiu medidas prolifáticas de seguridade social.

Contemporaneamente também temos nossos monstros, degenerados e anormais. Seriam eles aqueles que menos do que punidos e disciplinados, precisam ser controlados, senão eliminados, de forma a não ameaçar a sociedade, já que constituem perigos internos e externos para a raça, a comunidade e a população. Há uma biopolítica de controle das populações que utiliza o racismo como tática. Prática que permite dar sentido à gestão política dos Estados nos últimos séculos. Intervenções e controles reguladores manipulam os nascimentos, a mortalidade infantil, o nível de saúde, a duração da vida e a longevidade, em um processo de gestão calculista da vida. Por exemplo, para produzir e incentivar de maneira calculada e administrada a vida de uma dada população, é necessário impor o genocídio aos corpos populacionais considerados exógenos. Como fazem as grandes agências humanitárias internacionais e os governos nacionais, que fecham os olhos e privam certas populações de ajuda alimentar e infra-estrutura sanitária, além de incentivar campanhas coercitivas de esterilização. No

---

<sup>24</sup> Psiquiatra franco-austríaco defendeu que diversos estigmas físicos e psíquicos degenerativos explicariam as deformidades detectadas pelo mesmo em loucos e delinquentes. Referida degeneração, por sua vez, daria lugar a distintas enfermidades mentais: epilepsia, debilidade, loucura e, inclusive, ao comportamento delitivo. Loucura, crime e degeneração estariam significativamente associados.

<sup>25</sup> A Era Vitoriana no Reino Unido foi o período do reinado da Rainha Vitória, vai de junho de 1837 a janeiro de 1901.

contexto da biopolítica, todo Estado utiliza de formas amplas e variadas de racismo como justificativa para exercer seu direito de matar em nome da preservação, intensificação e purificação da vida. Em suma, o racismo é uma prática que possibilita a segurança e a governamentalidade.

## Referências

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DELEUZE, Gilles. **O Abecedário de Gilles Deleuze** (Transcrição e tradução do vídeo). Entrevistas com Claire Parnet, realização de P. A. Boutang, em <http://escolanoma-de.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf>

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

———. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Volume I. Rio de Janeiro: Edições Grall, 2005.

———. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.